

Proposta de Acta do Conselho Regional do Centro

Ao quarto dia do mês de Março do ano dois mil e dez, reuniu o Conselho Regional do Centro, pelas 15h00, no auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em Coimbra.-----

Encontravam-se presentes na reunião os representantes das entidades com direito a voto e sem direito a voto, que compõem o Conselho Regional, conforme a lista de presenças que se encontra em anexo. -----

Deu-se início à reunião em conformidade com a seguinte ordem de trabalhos, tendo o quarto ponto sido acrescentado à ordem de trabalhos inicial: -----

1. Aprovação da Acta do último Conselho Regional – aprovada por unanimidade.-----

2. Aprovação do Plano de Actividades da CCDRC para 2010 – o Plano de Actividades foi disponibilizado a todos os membros do Conselho Regional obtendo parecer positivo, sendo aprovado por unanimidade.-----

3. Indicação dos Representantes (dois efectivos e dois suplentes) para integrar o Conselho Económico e Social – foi proposta a seguinte lista: Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, Presidente da Câmara Municipal da Sertã e Presidente da Câmara Municipal de Ovar, respectivamente. Votaram 41 membros, obtendo 32 votos a favor, 6 votos em branco e 3 votos nulos.-----

4. Indicação de Representante para integrar o Conselho Consultivo de Obras Públicas, Transportes e Comunicações – foi proposto o Presidente da Câmara Municipal da Batalha. Votaram 41 membros, obtendo 32 votos a favor, 6 votos em branco e 3 votos nulos.-----

5. Eleição de mais um Vogal para a Comissão Permanente – foi proposto o Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Votaram 41 membros, obtendo 32 votos a favor, 6 votos em branco e 3 votos nulos.-----

6. Aplicação do QREN - o Presidente do Conselho Regional interveio referindo que, no passado já antevia problemas sérios a considerar em função das opções escolhidas para a estruturação do QREN. Referiu que, num quadro disponibilizador de fundos comunitários, cuja vigência vai de 2007 a 2013, os Municípios Portugueses se encontram em 2010 sem ter tido acesso às verbas a que aspiravam. Referiu ainda que a intervenção das Comunidades Intermunicipais não lhe parece bem sucedida porque no aspecto prático de avaliação e decisão a impreparação e a exigência contribuíram para um desmesurado alongar dos processos de aprovação. A análise sucessiva nas

Comunidades Intermunicipais e na Estrutura Directiva do QREN traduziu-se em pura perda de tempo e complicação burocrática.-----

Tomou a palavra o Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento, referindo que o QREN é o instrumento mais poderoso que a economia portuguesa tem para reagir à conjuntura actual. -----

Referiu que a taxa de execução dos fundos comunitários é semelhante na generalidade dos países. Referiu que o período extraordinário que foi concedido a nível europeu do prolongamento da execução do QCA III fez derrapar a execução dos fundos comunitários do quadro anterior ao ponto de o último ano de execução efectiva do QCA III ter tido uma execução ao nível de um ano cruzeiro. Referiu ainda que os momentos de retracção severa do investimento privado como o que verificámos são momentos que têm reflexo em baixas taxas de execução de fundos comunitários. -----

Informou que a prioridade é acelerar rapidamente os níveis de execução. Transmitiu que foi feito ao longo de anos um trabalho profundo do ponto de vista da definição das prioridades estratégicas do QREN e que as escolhas relativamente aos modelos de organização de gestão estavam já tomadas. -----

Fez referência ao modelo da contratualização informando que o Ministério optou por não o questionar sendo diferente do que vigorou no QCA III do ponto de vista da relação dos municípios com os fundos, isto é, passamos de uma lógica mais ou menos competitiva, em que os municípios acediam aos fundos, para uma lógica em que se privilegiou a capacidade de planificação e autonomia de gestão dos fundos. -----

Informou que a opção tomada foi muito pragmática, ou seja, dentro do actual modelo como acelerar a execução em matéria de fundos comunitários e por isso procuraram-se soluções práticas que pudessem funcionar dentro da realidade. A prioridade foi dirigida a toda a área associada ao investimento municipal porque é a área do investimento de iniciativa municipal a que tem maior capacidade para ajudar a economia ao longo do ano de 2010 e de 2011. São verbas contratualizadas até 2013 na casa dos 1.400 ME às quais se somarão 500 ME em áreas não contratualizadas, ou seja, 2.000 ME de investimento com capacidade de serem executados no terreno. -

Assim, anunciou um conjunto de 18 medidas que foram preparadas pelo Ministério e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativamente à aceleração do investimento de iniciativa municipal no âmbito QREN, das quais destacou 8: -----

1. Medida de contingência para o sistema de gestão e controlo; -----
2. Aumento das taxas de co-financiamento para 80% no âmbito dos POR. Salientou que esta taxa irá vigorar durante o ano de 2010. Não será um compromisso para os anos 2011, 2012 e 2013; -----
3. Aumento do financiamento aos centros escolares; -----

4. Flexibilização da utilização das dotações contratualizadas; -----
5. Possibilidade de transição de projectos com aprovação condicionada no QCAIII; ----
6. Ciclo urbano da água – articulação POR com POVT; -----
7. Solução de contingência para análise dos projectos de Regeneração Urbana; -----
8. Avaliação da execução, reforço ou redução das dotações contratualizadas. -----

Referiu ainda outra medida – Utilização da modalidade de acesso ao “balcão permanente”. -----

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo referindo que o problema do QREN é a sua má concepção. Deu nota de um documento de análise elaborado pela ANMP que foi entregue ao Governo numa reunião, e que dessa reunião ficou a noção que o Governo não estava só a cuidar da reforma do QREN no que à contratualização respeitava mas sim que ela era de facto uma visão global de colocar todo o QREN a funcionar, tirando proveito de um parceiro fundamental do desenvolvimento do país, que são os municípios. Informou que este documento foi trabalhado pelo Governo e pela ANMP, faltando apenas o documento final. Referiu ainda que a flexibilização da gestão das verbas contratualizadas não pode cingir-se só a centros escolares e ciclo urbano da água e que há um trabalho a fazer com o Ministério das Finanças sobre a problemática do acesso ao crédito, dos limites de endividamento e da gestão actualmente discricionária que o Ministério das Finanças faz às proposituras de financiamento mesmo que sejam para comparticipar obras do QREN, onde deveria haveria uma mudança radical. -----

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Gouveia referindo que partilha da mesma opinião do Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, quando este refere que a flexibilização não deve ser apenas no ciclo urbano da água e nos centros escolares porque há CIM'S em que não há contratualização desses regulamentos e por isso deve ser estendida a outras situações. Solicitou que a análise a ser efectuada no final de 2010 fosse realizada alguns meses mais tarde. -----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal da Batalha que reiterou a intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Gouveia e solicitou ajuda ao Governo no sentido de desburocratizar os projectos municipais que tenham enquadramento no âmbito do QREN. -----

Interveio o Dr. Henrique Neto referindo que já havia dito que o QREN, pelo menos relativamente às empresas, estava completamente desequilibrado. Felicitou o Secretário de Estado por ter tomado decisões que vão no bom sentido mas com este lapso de tempo o país não consegue progredir. Referiu ainda que uma parte substancial das dificuldades, nomeadamente executar programas como o QREN deve-se à inexistência de uma estratégia. -----

Tomou a palavra o Dr. Almeida Henriques referindo que o QREN no início teve vícios muitos graves estando a pagar por isso, não só pela conjuntura internacional mas também por erros na sua própria concepção, na forma como foi discutido e na forma como está a ser implementado. Questionou se estaria previsto um conjunto de medidas que permitisse flexibilizar o Programa Operacional Factores de Competitividade para ajudar a economia e as empresas. Referiu que é necessário alguma prudência na forma como os processos irão ser executados, no que diz respeito à celeridade e flexibilidade, mantendo o objectivo pretendido, sendo este o aproveitamento do período restante para fortalecer a economia. -----

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Mangualde referindo que já assinou três contratos-programa com a respectiva CIM, na ordem dos 2.800ME e um do centro escolar. -----

Tomou a palavra o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu referindo que a taxa de comparticipação de 80% deveria ser alargada não só aos centros escolares mas sim a todos os tipos de projectos e que não se deve fazer esta avaliação apenas reportada a 2010. Felicitou o Secretário de Estado pelo facto de ter reconhecido que os municípios são fundamentais. -----

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Ansião reiterando a preocupação do Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo no respeitante ao endividamento e financiamento. -----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco felicitando o Secretário de Estado pela iniciativa e realçou que nunca deviam ter sido aprovados tantos projectos de iniciativa empresarial como foram neste QREN. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal interveio felicitando a posição tomada pelo Secretário de Estado. -----

O Secretário de Estado interveio referindo que as prioridades estavam bem definidas e são consensuais do ponto de vista da comunidade nacional. Referiu que a questão central que justifica hoje os níveis de execução advém do problema da execução do QCA III porque é impossível colocar dois quadros comunitários a funcionar ao mesmo tempo na sua totalidade. Informou que relativamente à flexibilização de utilização de outras áreas o que está previsto, relativamente aos centros escolares e ao ciclo urbano é esta possibilidade ser automática, relativamente aos municípios e às CIM'S que não tenham estas áreas contratualizadas terá que ser visto caso a caso porque não podemos correr o risco, pelo facto de estarmos com dificuldades de execução abandonarmos as prioridades definidas. Em resposta à questão colocada pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu informou que a taxa de co-financiamento irá

passar para 80% em todas as rubricas referidas, portanto poderá iniciar os projectos e ter execução assegurada. Essas taxas não se aplicam só aos centros escolares, aplicam-se a todas as intervenções dos municípios dentro dos programas operacionais regionais. Relativamente à questão colocada pelo Presidente da Câmara da Batalha, relacionada com desburocratização, referiu que é um dos pontos do acordo. Informou que discorda do Dr. Almeida Henriques quando diz que a agilização do QREN não inclui as empresas, referiu que este é precisamente o QREN mais importante para a economia e para as empresas. Referiu que a avaliação no final de 2010 irá ser realizada, mas não irá ser feita por burocratas, nem desligada do terreno nem das realidades. -----

Tomou a palavra o Presidente do Conselho Regional agradecendo ao Secretário de Estado a sua presença e intervenção no Conselho da Região. -----

7. Ligações Rodoviárias na Região Centro: o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações interveio referindo que a região centro tem uma taxa de execução do Plano Rodoviário Nacional inferior a outras regiões. Informou que as prioridades relativamente às questões rodoviárias são as seguintes: investir nas zonas onde o investimento esteve ausente; estabilizar ou dar condições para que os diferentes distritos tenham condições semelhantes; apostar nas estradas de proximidade, nas estradas que permitem as ligações nomeadamente das sedes de concelho do interior aos eixos estruturantes e interligando as principais cidades portuguesas e também os principais eixos da actividade económica, permitindo dessa forma ter uma rede requalificada. Referiu que na região centro, ou com interesse para ela, foram lançadas as seguintes concessões: Douro Interior, Litoral Oeste e Pinhal Interior. Informou que na Região Centro foi feita a construção da A17, concluiu-se o processo de transformação do IP5 em A25 e que está em curso a concessão da auto-estrada do Centro. Relativamente ao IC6, IC7 e IC37 referiu que os estudos estavam a ser ultimados, estando neste momento em fase de avaliação ambiental, aguardando o início de consulta pública. Referiu que considera fundamentais e prioritários estes traçados pois permitem ligação do litoral com o interior e que logo que reunidas as condições deve proceder-se ao avanço desta obra. No entanto, face à actual conjuntura económica e à escassez de recursos disponíveis, não pode o Governo assumir compromissos relativamente a *timings* de construção. -----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital referindo que reconhece o esforço feito pelo Secretário de Estado para a concretização dos IC6, IC7 e IC37 mas questionou sobre quais os critérios tomados para que se cortasse nestas obras e não noutras. -----

Interveio a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede solicitando informação relativamente ao IC12. -----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Gouveia referindo que há um ano e meio que solicitou esta reunião ao Presidente do Conselho Regional porque nessa altura o governo tinha apresentado em reunião no Governo Civil de Coimbra alguns critérios de análise para os IC6, IC7 e IC37 previstos no Plano Rodoviário Nacional. Na sequência das consultas a várias entidades foi desencadeado o processo de consulta pública relativamente a três opções possíveis para melhor servir a zona da Serra da Estrela, distritos da Guarda, Castelo Branco, Viseu e Coimbra. Referiu que posteriormente o Secretário de Estado deu nota das posições que várias entidades tomaram sobre as três opções sendo que uma dessas posições estaria longe de merecer o acordo de todos os autarcas. Lamentou o facto de este assunto não ter sido previamente discutido antes de o governo ter identificado a CCDRC como uma das entidades de referência. -----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire questionando se estava contemplada alguma requalificação para o seu concelho. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha interveio solicitando informação relativamente a um troço em Albergaria-a-Velha referindo que o IGESPAR informou que iria ser efectuado um estudo para um novo traçado. -----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Seia que reiterou a intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. -----

O Secretário de Estado interveio esclarecendo a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede referindo que o traçado do IC12 se encontrava em resolução e que estava a ser realizado um estudo de avaliação ambiental estratégica. -----

Relativamente à questão colocada pelo Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire informou que também tem dedicado atenção a outras estradas de que o seu concelho beneficiará. -----

Em resposta à questão colocada pelo Presidente Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha transmitiu que não possuía informação relativa a essa matéria sugerindo que falasse com o IGESPAR. -----

Relativamente à questão colocada pelos Municípios de Oliveira do Hospital, Gouveia e Seia referiu que, quando assumiu estas funções, existia discussão do ponto de vista do planeamento sobre as opções para estes itinerários. Existindo o IC6, IC7 e o IC37, eles fechavam uma malha e poderiam ser pensados em conjunto. Assim, foi realizado algo pioneiro em Portugal, uma Avaliação Ambiental Estratégica, isto é, estudadas diferentes alternativas, não apenas de traçado mas também de opções de desenvolvimento e reunidas nessa avaliação diferentes entidades e efectuadas

consultas públicas para que no âmbito dessa discussão pudesse ser tomada uma decisão o mais participada possível. Concluiu-se o projecto em Julho do ano transacto, tendo sido remetido para o Ambiente e desde essa data as entidades ambientais têm pedido esclarecimentos, pelo que posteriormente terá que avançar-se para a consulta pública. Finalizada a consulta pública será feita uma de duas coisas: a emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental ou a não aprovação do projecto. Se aprovada, está-se em condições de avançar para a fase de decisão de financiamento e para a execução. Mas face à actual conjuntura económica se neste momento fosse emitida a Declaração de Impacte Ambiental a decisão teria que ser repensada. Não houve um critério de paragem do IC6, IC7 e IC37. Pararam todos os projectos que não tinham sido lançados. Transmitiu que esta decisão foi difícil de tomar uma vez que estes itinerários e concessões estão no centro das suas preocupações.-----
O Presidente do Conselho Regional agradeceu ao Secretário de Estado a sua presença e intervenção no Conselho da Região e finalizou a reunião. -----

O Presidente do Conselho Regional do Centro

Dr. Carlos Encarnação

(Presidente da Câmara Municipal de Coimbra)

O Vice-Presidente do Conselho Regional do Centro

Dr. Afonso Abrantes

(Presidente da Câmara Municipal de Mortágua)

O Secretário do Conselho Regional do Centro

Dr. Fernando dos Santos Carvalho

(Presidente da Câmara Municipal da Lousã)